

## Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês - Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

## Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

### Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

CNPJ nº 09.538.688/0005-66

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT" EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)				Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)			
Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	5.226.978	2.314.291	Fornecedores	9	7.342.743	6.942.876
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	108.366	-	Obrigações trabalhistas	10	12.109.841	13.689.051
Estoques	6	3.989.312	2.145.200	Obrigações tributárias de terceiros	11	541.827	969.248
Créditos diversos	7	504.326	318.754	Outras contas a pagar		12.061	12.114
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.828.982</b>	<b>4.778.245</b>	Receita diferida		431.000	377.698
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>20.437.472</b>	<b>21.990.987</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	12	265.602	229.305	Provisão para demandas judiciais	12	10.608.750	8.033.068
Imobilizado	8	7.935.723	6.900.438	Subvenções de investimentos a realizar	13	148.121	394.616
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.201.325</b>	<b>7.129.743</b>	Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	14	4.360.328	4.692.855
				Obrigações tributárias de terceiros	11	-	311.755
<b>Total do ativo</b>		<b>18.030.307</b>	<b>11.907.988</b>	Receita diferida		-	377.698
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>15.117.199</b>	<b>13.809.992</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	15		
				(Déficits) acumulados		(23.892.991)	(36.013.351)
				Superávit do exercício		6.368.627	12.120.360
				<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		<b>(17.524.364)</b>	<b>(23.892.991)</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido negativo</b>		<b>18.030.307</b>	<b>11.907.988</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	Déficits acumulados (42.197.999)	Superávits do exercício 6.184.648	Total (36.013.351)
Saldos em 1º de janeiro de 2019			
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	6.184.648	(6.184.648)	-
Superávit do exercício	-	12.120.360	12.120.360
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(36.013.351)</b>	<b>12.120.360</b>	<b>(23.892.991)</b>
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	12.120.360	(12.120.360)	-
Superávit do exercício	-	6.368.627	6.368.627
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(23.892.991)</b>	<b>6.368.627</b>	<b>(17.524.364)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2020	31/12/2019	
Superávit do exercício	6.368.627	12.120.360	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>6.368.627</b>	<b>12.120.360</b>	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2020	31/12/2019	
Superávit do exercício	6.368.627	12.120.360	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>6.368.627</b>	<b>12.120.360</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit do exercício</b>	<b>6.368.627</b>	<b>12.120.360</b>	
<b>Ajustes por:</b>			
Provisão para contingências	3.888.562	6.858.712	
Depreciações	884.082	800.482	
Doação recebidas em equipamentos médicos	(1.429.084)	-	
Cessão de crédito entre partes relacionadas	-	(13.440.492)	
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	755.581	380.106	
<b>Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos</b>	<b>(2.912.687)</b>	<b>984.629</b>	
Recursos financeiros vinculados a projetos			
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(108.366)	22.103	
Estoques	(1.844.112)	(43.829)	
Créditos diversos	(185.572)	(144.444)	
Depósitos judiciais	(36.297)	1.372.214	
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	399.867	(1.045.278)	
Obrigações trabalhistas	(1.579.210)	48.588	
Obrigações tributárias	(739.176)	(781.007)	
Outras contas a pagar	(53)	454	
Subvenções de Investimentos à Realizar	(246.495)	351.582	
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(1.577.647)	(1.045.518)	
Contingências pagas	(1.312.880)	(3.390.944)	
Receita diferida	(324.395)	(305.065)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>745</b>	<b>2.742.653</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	1.245.120	1.753.050	
Adições de imobilizado	(1.245.865)	(4.095.703)	
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(745)</b>	<b>(2.342.653)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de recursos com partes relacionadas	-	(400.000)	
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(400.000)</b>	
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
---	--	--	--

**1. Contexto operacional:** 1.1. Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. 1.2. Impacto do COVID-19 nas operações: A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social - o que fragilizou economias ao redor do globo. O Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade") é considerado como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientação dos gestores públicos e mantivemos nossas atividades operacionais, visto que estamos no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. Na nota explicativa nº 1.5 encontra-se a movimentação de numerários que recebemos para atendimento exclusivo de combate a pandemia. Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento. 1.3. Imunidade Tributária: O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. 1.4. Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade"): Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012, por 5 anos. Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº 001.0500.000.032/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 701,6 milhões. O repasse de janeiro a dezembro de 2020 deste instrumento é de R\$ 158,7 milhões. Para 2021 o montante estimado é de R\$ 134,3 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2021. 1.5. Plano da Administração para o Hospital Geral do Grajaú: O Hospital Geral do Grajaú (HGG), encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2020 com superávit de R\$ 6,4 milhões, reduzindo o patrimônio líquido negativo de R\$ 23,9 milhões para R\$ 17,5 milhões. Esse valor negativo é o menor desde 2012 e corresponde ao valor assumido pela gestão do IRSSL em 2012. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 10,7 milhões. Em 2019 o HGG também gerou superávit de R\$ 12,130 e passivo circulante excedia ao ativo circulante em R\$ 17,2 milhões. Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido os déficits acumulados foram reduzidos de R\$ 42,2 milhões em 1º de janeiro de 2018 para R\$ 23,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 demonstrando a melhora gradativa das operações da Entidade. O plano orçamentário da unidade para 2020, previa resultado positivo na ordem de R\$ 2,0 milhões. A crise gerada pela pandemia de Covid-19, contribuiu para redução nas atividades ambulatoriais, diagnósticas e cirúrgicas, no decorrer do ano de 2020, reduzindo parte das despesas relacionadas à produção. A unidade recebeu o valor de R\$ 8,9 milhões em doações destinadas exclusivamente ao combate da pandemia. Os recursos foram utilizados para a compra de insumos, materiais e contratação de pessoal. Além disso, todos os esforços da administração da unidade foram feitos com o intuito de controlar as despesas. Essas ações trouxeram folego e garantiram resultado bem acima do orçamento para o ano. Importante lembrar que desde 2017, a administração da unidade vem buscando alternativas para geração de resultado positivo através da manutenção de boas práticas administrativas e gestão de custos, revisando processos e contratos de prestadores de serviços (médicos e outros). Essas ações trazem ao HGG a expectativa de manutenção de superávit para o exercício de 2021 e continuidade da reversão gradativa do patrimônio líquido negativo. Em novembro de 2020 o HGG obteve a manutenção do seu certificado de excelência pela Organização Nacional de Acreditação (ONA 2). O certificado reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada. Isso demonstrando que a unidade apresenta uma cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade institucional. 2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as par-

tes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2021. b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 12). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros. d. Base de preparação das demonstrações contábeis: As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. 3. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. a. Recursos vinculados a projetos: Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. b. Estoques: Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinado com base em seu valor justo naquela data. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos
10
10
10
10
10
5
5

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quarta-feira, 7 de abril de 2021 às 01:19:44



**Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês  
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"**

de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convenções são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2020 e 2019 o Instituto não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são

subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Arrendamentos:** O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2020, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue: (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16). (c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). - IFRS 17 Contratos de Seguros.

**4. Recursos financeiros vinculados a projetos:**

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.445	151.452
Aplicações financeiras	5.225.533	2.162.839
	<b>5.226.978</b>	<b>2.314.291</b>

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2019 a remuneração ficou em 82% a 94% do CDI).

**5. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:**

	31/12/2020	31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	108.366	-

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2019	Recursos de Custeio 158.629.320	Recursos de Investimentos -	Recursos Recebidos - Investimentos -	Recursos Recebidos - Custeio (158.629.320)	Recursos a Receber 31/12/2020
Hospital Geral do Grajaú - Custeio	-	-	-	-	-	-
Hospital Geral do Grajaú - Investimento	-	-	108.366	-	-	108.366

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018	Recursos de Custeio 152.852.582	Recursos de Investimentos 586.400	Recursos Recebidos - Investimentos (586.400)	Recursos Recebidos - Custeio (152.874.685)	Recursos a Receber 31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	22.103	-	-	-	-	-

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio" e "investimento", são compostos dos termos de aditamento números 01/2020, 02/2020, 03/2020, totalizando R\$ 158.629.320.

**6. Estoques:**

	31/12/2020	31/12/2019
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	3.173.399	1.634.693
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	815.913	510.507
	<b>3.989.312</b>	<b>2.145.200</b>

**7. Créditos diversos:**

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a funcionários	402.969	240.418
Despesas a apropriar	101.357	78.336
	<b>504.326</b>	<b>318.754</b>

**8. Imobilizado:**

	Taxas anuais de depreciação	Depreciação acumulada		2020		2019	
		Custos	2020	2019	2020	2019	
Instalações	10%	2.276.183	(95.311)	2.180.872	2.219.097		
Móveis e utensílios	10%	2.091.606	(1.044.650)	1.046.956	1.228.122		
Máquinas e equipamentos médicos	10%	8.532.668	(4.335.542)	4.197.126	2.724.505		
Máquinas e equipamentos em geral	10%	928.766	(454.571)	474.195	717.646		
Veículos	20%	31.300	(31.300)	-	-		
Software e hardware	20%	677.167	(640.593)	36.574	11.068		
<b>Total</b>		<b>14.537.690</b>	<b>(6.601.967)</b>	<b>7.935.723</b>	<b>6.900.438</b>		

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 2019		Saldo em 2020	
	em 2019	Adições	Baixas	em 2020
Instalações	2.276.183	-	-	2.276.183
Móveis e utensílios	2.132.497	95.481	(136.371)	2.091.606
Máquinas e equipamentos médicos (a)	6.414.405	2.541.827	(423.564)	8.532.668
Máquinas e equipamentos em geral	1.083.618	26.841	(181.693)	928.766
Veículos	31.300	-	-	31.300
Software e hardware	680.320	10.800	(13.953)	677.167
<b>Total custo</b>	<b>12.618.323</b>	<b>2.674.949</b>	<b>(755.581)</b>	<b>14.537.690</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações	(57.086)	(38.225)	-	(95.311)
Móveis e utensílios	(904.375)	(140.275)	-	(1.044.650)
Máquinas e equipamentos médicos	(3.689.900)	(645.642)	-	(4.335.542)
Máquinas e equipamentos em geral	(365.972)	(88.599)	-	(454.571)
Veículos	(31.300)	-	-	(31.300)
Software e hardware	(669.252)	28.659	-	(640.593)
<b>Total depreciação</b>	<b>(5.717.885)</b>	<b>(884.082)</b>	-	<b>(6.601.967)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>6.900.438</b>	<b>1.790.867</b>	<b>(755.581)</b>	<b>7.935.723</b>

(a) Dentre essas adições de imobilizado, o montante de R\$ 1.429.084 foi recebido como doação, sendo parte substancial no montante de R\$ 1.266.190 referente à Respiradores Pulmonares para auxiliar nos atendimentos de casos de Covid-19 e o montante de R\$ 162.894 referente à equipamentos diversos também recebidos como doação, conforme informado no item (b) da nota explicativa nº 17.

Custo	Saldo em 2018		Saldo em 2019	
	em 2018	Adições	Baixas	em 2019
Instalações	382.246	1.893.937	-	2.276.183
Móveis e utensílios	1.223.168	939.497	(30.168)	2.132.497
Máquinas e equipamentos médicos	5.902.393	770.577	(258.565)	6.414.405

	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Máquinas e equipamentos em geral	639.038	460.392	(15.812)	1.083.618
Veículos	-	31.300	-	31.300
Software e hardware	755.881	-	(75.561)	680.320
<b>Total custo</b>	<b>8.902.726</b>	<b>4.095.703</b>	<b>(380.106)</b>	<b>12.618.323</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações	(18.861)	(38.225)	-	(57.086)
Móveis e utensílios	(797.797)	(106.578)	-	(904.375)
Máquinas e equipamentos médicos	(3.198.251)	(491.649)	-	(3.689.900)
Máquinas e equipamentos em geral	(298.891)	(67.081)	-	(365.972)
Veículos	-	(31.300)	-	(31.300)
Software e hardware	(603.603)	(65.649)	-	(669.252)
<b>Total depreciação</b>	<b>(4.917.403)</b>	<b>(800.482)</b>	-	<b>(5.717.885)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>3.985.323</b>	<b>3.295.221</b>	<b>(380.106)</b>	<b>6.900.438</b>

**9. Fornecedores:**

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	7.342.743	6.942.876

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos	49.827	16.531
A vencer até 30 dias	6.865.798	6.580.149
A vencer de 31 à 180 dias	427.117	346.196
	<b>7.342.743</b>	<b>6.942.876</b>

**10. Obrigações trabalhistas:**

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias e encargos sobre férias	6.829.358	7.116.976
Salários e ordenados a pagar	3.385.547	4.594.083
Contribuições e encargos sociais	1.894.936	1.977.992
	<b>12.109.841</b>	<b>13.689.051</b>

**11. Obrigações tributárias de terceiros:**

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e taxas municipais parceladas (i)	320.296	1.059.969
PIS / COFINS / CSLL	126.790	122.539
INSS pessoa jurídica	52.161	52.415
IRRF	30.753	36.134
ISS	11.827	9.946
	<b>541.827</b>	<b>1.281.003</b>
Circulante (i)	541.827	969.248
Não Circulante	-	311.755

(i) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento com os débitos da Taxa de Lixo (TRSS), dos períodos de 2011 a 2015, parcelados em 60 meses, com pagamentos a partir de junho de 2016, sendo liquidadas 55 parcelas até 31 de dezembro de 2020, encerrando as parcelas em 2021.

**12. Provisão para demandas judiciais:**

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para demandas judiciais	10.608.750	8.033.068

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	Saldo em 2019		2020		Saldo em 2020	
	em 2019	Adições	Reversões	Pagamentos	em 2020	em 2020
Trabalhistas	1.207.424	1.821.140	(227.041)	(729.282)	2.072.241	-
Cíveis	6.825.644	2.540.730	(246.267)	(583.598)	8.536.509	-
	<b>8.033.068</b>	<b>4.361.870</b>	<b>(473.308)</b>	<b>(1.312.880)</b>	<b>10.608.750</b>	<b>-</b>
	Saldo em 2018		2019		Saldo em 2019	
	em 2018	Adições	Reversões	Pagamentos	em 2019	em 2019
Trabalhistas	1.672.598	2.124.706	(313.992)	(2.275.888)	1.207.424	-
Cíveis	2.892.702	5.075.678	(27.680)	(1.115.056)	6.825.644	-
	<b>4.565.300</b>	<b>7.200.384</b>	<b>(341.672)</b>	<b>(3.390.944)</b>	<b>8.033.068</b>	<b>-</b>

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2020

são: trabalhistas R\$ 708.922 (R\$ 1.198.648 em 2019) e não houve processos cíveis (R\$ 972.237 em 2019), apenas mudança de risco possível para provável do montante total de R\$ 972.237 para 2020. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. Os principais temas cíveis abordados nesses processos versam, principalmente, sobre questões de erro médico. Caso essas contingências, venham a ter um desembolso financeiro provável, o Instituto negociará junto a Secretaria Estadual de Saúde um complemento de repasse no contrato de gestão para cobertura de eventual indenização. Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	265.602	229.305
	<b>265.602</b>	<b>229.305</b>

**13. Subvenção de investimentos a realizar:**

	31/12/2020	31/12/2019
Subvenções de investimentos a realizar	148.121	394.616

**Movimento de 2020**

	Saldo em 2019	de recursos	Consumo	Receitas Financeiras líquidas em 2020	Saldo em 2020
Subvenções de investimentos a realizar	394.616	108.366	(354.861)	-	148.121

**Movimento de 2019**

	Saldo em 2018	de recursos	Consumo	Receitas Financeiras líquidas em 2019	Saldo em 2019
Subvenções de investimentos a realizar	43.034	586.400	(234.818)	-	394.616

Referem-se aos recebimentos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades, vide nota explicativa nº 5.

**14. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado:**

	31/12/2020	31/12/2019
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	4.360.328	4.692.855

**Movimento de 2020**

	Saldo em 2019	Total de aquisições	Total de Depreciação Baixas Acumulada	Saldo em 2020	
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	4.692.855	1.245.120	(765.821)	(811.826)	4.360.328

**Movimento de 2019**

	Saldo em 2018	Total de aquisições	Total de Depreciação Baixas Acumulada	Saldo em 2019	
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	3.985.323	1.753.050	(17.934)	(1.027.584)	4.692.855

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 8 e 13.

**15. Patrimônio Líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal.

**16. Receitas dos contratos de gestão - Estadual:**

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com contrato de gestão Estadual - Hospital Geral do Grajaú (a)	158.629.320	152.852.582
Receitas com Subvenção de Imobilizado	755.647	1.027.155
	<b>159.384.967</b>	<b>153.879.737</b>



**Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**  
**Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"**

(b) Despesas com Taxas de Lixo (TRSS).

	31/12/2020	31/12/2019
<b>23. Receitas financeiras, líquidas:</b>		
Receita de aplicações financeiras	219.129	392.066
Descontos obtidos	8.241	2.391
	<b>227.370</b>	<b>394.457</b>
Juros e multas sobre parcelamento	(17.526)	(78.417)
Outras despesas financeiras	(29.801)	(26.806)
Multas	(121)	(4.976)
Juros incorridos	(9.305)	(914)
	<b>(56.753)</b>	<b>(111.113)</b>
	<b>170.617</b>	<b>283.344</b>

**24. Instrumentos financeiros:** O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019), o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

		Fluxo de caixa contratuais			
	Valor	6 meses	06 - 12	1 - 2	de 5
Passivos financeiros não derivativos	Contábil	Total	ou Menos	meses	anos
Fornecedores	7.374.832	7.374.832	7.374.832	-	-
Outras Contas a Pagar	12.061	12.061	12.061	-	-
<b>Total</b>	<b>7.386.893</b>	<b>7.386.893</b>	<b>7.386.893</b>	-	-

		Fluxo de caixa contratuais			
	Valor	6 meses	06 - 12	1 - 2	de 5
Passivos financeiros não derivativos	Contábil	Total	ou Menos	meses	anos
Fornecedores	6.942.876	6.942.876	6.942.876	-	-
Outras Contas a Pagar	12.114	12.114	12.114	-	-
<b>Total</b>	<b>6.954.990</b>	<b>6.954.990</b>	<b>6.954.990</b>	-	-

**(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um

instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	5.226.978	2.314.291
Recursos a receber de projetos			
- contratos de gestão e convênios	5	108.366	-
Outros ativos	7	504.326	318.754
<b>Total</b>		<b>5.839.670</b>	<b>2.633.045</b>

**25. Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social:** Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura de São Paulo, sob o nº 2020-000438/CR01 para o exercício de 2020. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2020 e de 2019. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos); O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora exista orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHNS/CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em

	31/12/2020	31/12/2019
Receita dos contratos de gestão - Estadual	159.384.967	153.879.737
ISS 2%	3.187.699	3.077.595
PIS 0,65%	1.036.002	1.000.218
COFINS 3%	4.781.549	4.616.392
	<b>9.005.250</b>	<b>8.694.205</b>
Superávit (déficit) do exercício	6.368.627	(1.320.132)
<b>IRPJ e CSLL 34%</b>	<b>2.165.333</b>	-
Receita com doações	8.953.883	15.814.110
<b>Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)</b>	<b>358.155</b>	<b>632.564</b>
<b>Total das estimativas e principais renúncias</b>	<b>11.528.738</b>	<b>9.326.769</b>

**26. Isenção de INSS cota patronal:** Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Deferir, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	74.188.507	76.008.001
<b>Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>20.149.599</b>	<b>20.643.773</b>

**Maria Angela Atallah**  
Presidente do conselho de administração do Instituto

**Mario Sergio Cutait**  
Membro do conselho de administração do Instituto

**Carolina Lastra**  
Diretora Executiva

**Cláudio Augusto Generoso**  
Gerente Financeiro e Contábil

**Rildo Ancigan de Siqueira**  
Contador  
CRC 1PE020957/O-0 T SP

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"**

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Hospital Geral do Grajaú São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital Geral do Grajaú tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secre-

taria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Geral do Grajaú e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

**Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2020 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 10.608.490 e patrimônio líquido negativo em R\$ 17.524.364. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out":** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6  
**Marcos A Boscolo**  
Contador CRC 1SP198789/O-0

# Ouvidoria

## Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**io ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br  
Rua da Mooca, 1921  
Cep: 03103 - 902 São Paulo  
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx  
(11) 2799 9687

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO